

PROCESSO: 1687/2008
INTERESSADO: Usina Santa Fé S/A
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para ampliação de parque industrial e expansão de áreas agrícolas
MUNICÍPIO: Nova Europa

1.INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 40.345/11/TA, elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e da expansão de áreas agrícolas da Usina Santa Fé S/A, localizada no município de Nova Europa.

2.DESCRICÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento Usina Santa Fé S/A, segundo o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, localiza-se em área classificada como *Adequada com Restrições Ambientais*, e as áreas agrícolas em áreas classificadas como *Adequadas*, *Adequadas com Limitações* e *Adequadas com Restrições Ambientais*. O projeto de ampliação prevê aumento da capacidade de moagem de 2.065.000 para 4.000.000 t/safra, da produção de etanol de 94.000 para 199.053 m³/safra, de açúcar de 136.500 para 224.612 t/safra e aumento da capacidade instalada de geração de energia elétrica de 8,4 a 62 MW. A captação de água será realizada por meio do rio Itaquerê (2.000 m³/h) e de dois poços profundos (46 m³/h). O volume de vinhaça atualmente gerada no processamento industrial é de 987.000 m³/safra, com incremento para 2.090.057 m³/safra decorrente da ampliação, e será totalmente aplicado nos canaviais.

A cana-de-açúcar provém de 22.667 ha de áreas plantadas em regime de parceria e de fornecedores, prevendo-se a expansão das mesmas para 40.294 ha, nas mesmas modalidades de exploração. Tais áreas serão distribuídas nos municípios de Araraquara, Boa Esperança, Borborema, Dobrada, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Nova Europa, Tabatinga e Taquaritinga. A ampliação acarretará no aumento do quadro de funcionários passando de 2.224 para 2.649 funcionários durante a safra, e de 1.646 para 1.963 na entressafra, distribuídos no setor industrial, administrativo e agrícola.

3.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Atendimento aos Aspectos Legais

Foram apresentadas as manifestações das Prefeituras Municipais atendendo o definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97. Foram apresentadas outorgas de captação superficial e subterrâneas de água conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/05. Deverá ser cumprida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas de expansão agrícola. Para a Licença de Instalação - LI, deverá ser apresentada outorga do DAEE para interferência da adutora de vinhaça nos cursos d'água. Para a Licença de Operação - LO, deverá ser apresentada autorização da ANEEL para ampliação da cogeração de energia elétrica.

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, assim como reflexos negativos da queima da palha da cana-de-açúcar. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado relatório comprovando a execução do Programa de Interação e Participação

Social em andamento na usina em relação aos problemas apontados na pesquisa de percepção.

•Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho

A ampliação prevê apenas a instalação de novos equipamentos e pequenas obras civis que não incorrem em movimentação de solo. Para a emissão da LI, apresentar Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil no âmbito do Programa Ambiental de Controle das Obras. Para a emissão da LO deverá ser apresentada comprovação da recuperação das áreas afetadas pela obras de ampliação do parque industrial e acessos, incluindo sistema de drenagem de águas pluviais e a revegetação de áreas com solo exposto.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Segundo o EIA, com a ampliação, está prevista a contratação adicional de 425 funcionários na safra e 317 funcionários na entressafra distribuída em todos os setores. Entretanto, é prevista a dispensa de 686 trabalhadores ao final da safra. Para LI apresentar um Programa de Capacitação de Mão de Obra para os funcionários dispensados na entressafra.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Com o aumento da população devido à atratividade gerada pela ampliação do empreendimento, poderá haver impacto sobre alguns setores da infraestrutura municipal como saúde e educação infantil, diagnosticados como os mais deficitários em alguns municípios afetados pelo empreendimento. Para a LO, o empreendedor deverá apresentar comprovação da execução das atividades previstas no Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal em parceria com as Prefeituras Municipais.

•Aumento do Tráfego de Veículos

Após ampliação da usina, estima-se a realização de 800 viagens/dia para o transporte de matéria-prima, produtos acabados, resíduos e funcionários, concentrando principalmente em trechos das rodovias SP-331, SP-304, SP-321, SP-317, SP-310 e estradas vicinais. Para mitigação foi previsto um Programa de Controle de Tráfego e Conservação das Estradas que inclui ações como sinalização preventiva, cursos e treinamentos realizados para a requalificação de motoristas, etc. Também deverão apresentadas as parcerias com as Prefeituras Municipais quanto à manutenção e melhoria das estradas vicinais.

•Alterações no Uso e Ocupação do Solo

A AID tem como principal uso do solo, o cultivo de laranja, seguido da cana-de-açúcar, e em menor proporção, áreas de várzea, pastagens, fragmentos florestais e culturas diversas. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa de Monitoramento Integrado de Uso e Ocupação do Solo e um Programa de Capacitação de Mão de Obra para os trabalhadores que sobrevivem das atuais atividades agropecuárias na região e respectivas cadeias produtivas locais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com base no Estudo de Arqueologia Preventiva, afirma não haver evidências de materiais arqueológicos na área industrial, manifestando-se favoravelmente ao licenciamento prévio. Para a emissão da LI deverá ser apresentada manifestação do IPHAN quanto ao Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico das áreas de expansão agrícola, considerando que tais áreas possuem potencial arqueológico positivo.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Embora não esteja prevista a supressão de vegetação nativa em remanescentes florestais para a expansão agrícola, de acordo com a caracterização da vegetação apresentada no EIA, os fragmentos presentes na AID se encontram degradados e isolados, enquanto que as matas ciliares estão alteradas e em sua maioria completamente ausentes. Considerando a existência de áreas agrícolas localizadas em Áreas Adequadas com Restrição Ambiental,

conforme o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro de acordo com a Resolução SMA 88/08, o empreendedor deverá apresentar, por ocasião da solicitação da LI um Programa de Implantação de Corredores Ecológicos, além de Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Remanescente e Programa de Apoio à Regularização Ambiental das áreas de Reserva Legal.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

Considerando que parte da AID do empreendimento se localiza na APA Ibitinga, o Conselho Gestor de tal Unidade de Conservação manifestou-se favorável ao empreendimento, desde que seguidas as seguintes recomendações: não utilização de fogo no interior da APA; recuperação das APPs e Reservas Legais das propriedades utilizadas na produção da cana-de-açúcar e; que a mão-de-obra utilizada na restauração ecológica seja composta por trabalhadores rurais locais.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Conforme o EIA, as alterações previstas na AID em decorrência da mudança do tipo de cobertura vegetal, aumento das atividades operacionais no campo e da circulação de veículos e máquinas promoverá alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Educação Ambiental contemplando palestras específicas voltadas para Motoristas, Trabalhadores Rurais, Parceiros, Arrendatários e Fornecedores visando minimizar impactos como atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais, além do Plano de Monitoramento Sazonal da Fauna.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial após a ampliação será de 606 m³/h, por meio de captação superficial e subterrânea. De acordo o EIA, o consumo específico de água será de 0,70 m³/t cana, dentro do limite de 0,7 m³/t de cana estabelecido para áreas classificadas como Adequadas com Restrições Ambientais. Para acompanhamento das ações deverão ser apresentados os resultados do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e do Programa de Conservação dos Recursos Hídricos.

•Cogeração de Energia Elétrica e Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

De acordo com o Setor de Ar, Ruído e Vibrações da Cetesb, a instalação de nova caldeira existente atende os limites de emissão estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/06, e não ultrapassa os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03/90. O município se enquadra em região em vias de saturação para ozônio de acordo como Decreto Estadual nº 52469/07, sendo necessário compensar o acréscimo de emissões até a 1ª renovação de LO. Para a LI, deverão ser apresentados resultados comprobatórios de amostragem em chaminé de caldeira existente, Plano de Compensação das Emissões e Plano de Redução das Emissões de NOx. Para a LO, apresentar resultado de amostragem comprobatória em chaminé da nova caldeira e o alteamento das chaminés das caldeiras existentes.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas, o EIA propõe um Programa de Conservação do Solo que contempla práticas de conservação de caráter mecânico e de manejo agrícola adotadas pela usina. Para a LO, deverão ser comprovadas as ações realizadas no âmbito do Plano de Conservação do Solo e Monitoramento de Processos Erosivos para todas áreas agrícolas.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, dentre os resíduos sólidos gerados, o de maior representatividade será o bagaço da cana-de-açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

•Geração de Efluentes Líquidos

Para o tratamento de efluentes sanitários é previsto um sistema compacto com capacidade para tratar 49 m³/dia, suficiente para atender a demanda futura. Quanto ao efluente industrial, prevê tratamento prévio de sedimentação para posterior aplicação na lavoura. Para a LI deverão ser apresentados projetos de drenagem dos efluentes nos locais onde ocorra manuseio de óleos, combustíveis e produtos químicos.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrente da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana-de-Açúcar

Conforme o mapa de fertirrigação do EIA, a Usina possui áreas agrícolas a serem fertirrigadas em áreas que variam de média/baixa a média/alta vulnerabilidade, sendo as áreas em alta vulnerabilidade em menor ocorrência. Para LI apresentar caracterização hidrogeológica das áreas agrícolas localizadas em áreas de alta vulnerabilidade do aquífero, bem como o Plano de Manejo de acordo com a Norma Técnica CETESB P4.231/06 e Resoluções SMA 88/08 e 14/10, incluindo o monitoramento de solo e águas subterrâneas.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

O estudo propõe treinamento dos usuários e observação das técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxico. Para a LI, a usina deverá apresentar Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos. Para a LO deverá comprovar o atendimento à legislação vigente quanto ao uso, transporte e armazenamento de defensivos agrícolas e destinação final de embalagens vazias.

4.PROGRAMAS AMBIENTAIS

Além dos planos e programas ambientais solicitados nas exigências, o EIA propõe: Programas de Gestão Ambiental; de Conservação do Solo; de Recuperação de APP's e Reserva Legal; de Estabelecimento de Corredores Ecológicos; de Conservação da Fauna; de Conservação dos Recursos Hídricos; Ambiental de Controle das Obras; de Valorização dos Colaboradores; de Controle Ambiental de Tráfego de Veículos; de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra; de Interação e Comunicação Social; de Monitoramentos; de Prospecção Arqueológica Sistemática e Intensiva; de Compensação Ambiental; de Prevenção de Riscos Ambientais; de Controle Médico de Saúde Ocupacional; de Alfabetização de Adultos; e de Reforço da Infraestrutura Municipal.

5.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta de compensação ambiental do EIA deverá ser analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória para atendimento à Lei Federal nº. 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4340/02 e alterada pelo Decreto Federal 6848/09.

6.CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 40.345/11/TA. Nestes termos, submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação industrial e agrícola da Usina Santa Fé S/A.

São Paulo, 05 de Maio de 2011.

Eng^a. Civil/Amb. Maria Silvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA
Reg. 4755 CREA 62252/D